

# **Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português europeu contemporâneo**

Ana Cristina Macário Lopes  
*Universidade de Coimbra/CELGA*  
*acmlopes@fl.uc.pt*

RESUMO: Este artigo tem como objectivo caracterizar as finais de enunciação no PEC, destacando a sua especificidade face às finais de conteúdo. Evidencia-se o seu comportamento sintáctico periférico e convocam-se critérios de natureza semântico-pragmática para fundamentar a sub-tipologia proposta entre (i) finais de enunciação que explicitam uma relação discursiva de propósito ou finalidade ao nível ilocutório e (ii) finais de enunciação que qualificam o próprio acto discursivo. Em ambos os casos, sublinham-se as funções eminentemente interactivas destas construções. Analisam-se ainda, ao longo deste estudo, as compatibilidades de articulação entre finais enunciativas e distintas classes de actos ilocutórios: asserções, actos directivos impositivos e perguntas, actos compromissivos e actos expressivos.

PALAVRAS-CHAVE: subordinadas integradas, subordinadas periféricas, finais de conteúdo, finais de enunciação, acto ilocutório.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to characterize the utterance purpose clauses in European contemporary Portuguese, stressing their specificity by contrast with content and syntactically integrated purpose clauses. The analysis of the data, based on semantic and pragmatic criteria, leads to a sub-typology involving (i) utterance purpose clauses expressing a purpose discourse relation at the illocutionary level and (ii) utterance purpose clauses that qualify the speech act itself. In both cases, only the dynamics of interaction can explain their functioning. An analysis of the compatibilities of utterance purpose clauses with different classes of speech acts is also provided in this paper.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

É hoje relativamente consensual, na comunidade linguística, que, no âmbito das orações subordinadas adverbiais, é possível estabelecer uma distinção entre adverbiais

---

<sup>1</sup> Agradeço aos revisores anónimos a leitura atenta da primeira versão deste trabalho, traduzida num conjunto de comentários e sugestões que me permitiram apurar a versão final.

de predicado (ou integradas) e adverbiais de frase (ou periféricas). Esta distinção está contemplada em gramáticas de referência de várias línguas, como Quirk *et al.* 1985, Cardinaletti *et al.* 2001, Bosque e Demonte 1999, e recobre basicamente a distinção entre advérbios de predicado e advérbios de frase.

São fundamentalmente critérios de natureza sintáctica que têm sido convocados para sustentar a distinção entre orações adverbiais integradas e orações adverbiais periféricas, nomeadamente a posição que podem ocupar na chamada frase matriz, bem como o comportamento distinto relativamente a um conjunto de testes que envolvem a focalização por clivagem, o escopo da negação de foco ('focus negation'), a resposta a interrogativas Qu-, a possibilidade de ocorrerem no escopo de operadores de foco de natureza adverbial como *só*, a possibilidade de ocorrência em interrogativas e negativas alternativas. As subordinadas adverbiais integradas podem ocorrer no final de frase sem serem precedidas por pausa entoacional e respondem positivamente aos testes acima mencionados. Já as subordinadas adverbiais periféricas só ocorrem em posição final quando precedidas de pausa entoacional e respondem negativamente aos testes em apreço.<sup>2</sup>

É ainda relativamente consensual que as adverbiais de frase admitem sub-divisões, tendo em conta (i) o seu estatuto mais ou menos periférico relativamente à frase matriz e (ii) o domínio da significação em que opera a relação discursiva marcada através do conector.

Já em Quirk *et al.* 1985 se propõe uma distinção entre 'content disjuncts' e 'style disjuncts', sendo estes últimos mais periféricos e funcionando como modificadores da enunciação. Em Kortmann 1996, é igualmente aceite que as adverbiais mais periféricas funcionam como 'speech act modifiers'.

Este trabalho propõe-se contribuir para uma caracterização semântico-pragmática das construções finais de enunciação no Português europeu contemporâneo. Assume-se, na esteira de autores como Halliday 1973, van Dijk 1977, Lyons 1977, Sweetser 1990, Hengeveld 1993, Sanders *et al.* 1992, e.o., que a significação expressa através da linguagem verbal não se reduz ao domínio semântico-referencial, tradicionalmente privilegiado no âmbito da Semântica, antes inclui também o domínio pragmático-

---

<sup>2</sup> Cf. Lobo 2003, um trabalho de referência para o Português sobre a sintaxe das orações subordinadas adverbiais, que ilumina de forma inovadora a interface entre sintaxe e discurso.

funcional. E isto porque a linguagem verbal não é apenas um sistema simbólico de representação do mundo, é também um instrumento através do qual interagimos socialmente. Assim, tentar-se-á demonstrar, ao longo deste estudo, que as construções em apreço só podem ser cabalmente descritas e explicadas tendo em conta o domínio pragmático-funcional da significação.

Os dados serão predominantemente exemplos construídos, pontualmente reforçados por dados empíricos reais extraídos do CETEMPúblico, do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC)<sup>3</sup> e do Corpus do Português (CdP), de Davies & Ferreira 2006.

A estrutura deste artigo é a seguinte: na secção 2, destacam-se de forma sintética, num primeiro momento, as principais características sintáticas e semânticas das finais de conteúdo; num segundo momento, focalizam-se as propriedades sintáticas e semântico-pragmáticas das finais de enunciação. Serão analisadas construções em que a final de enunciação se articula com asserções, e, seguidamente, testar-se-ão as compatibilidades de conexão entre finais de enunciação e outras classes de actos ilocutórios (actos directivos, compromissivos e expressivos). Na secção 3, evidenciam-se as conclusões mais salientes a que a análise dos dados nos conduziu.

## 2. Finais de enunciação: para uma caracterização semântico-pragmática

### 2.1. Finais integradas vs. finais de enunciação

2.1.1. Uma breve caracterização das finais integradas permitirá, por contraste, evidenciar a especificidade das finais periféricas ou de enunciação. Assim, atente-se nos seguintes exemplos:

(1) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo.

(2) A Ana vive na aldeia para ter melhor qualidade de vida.

Em (1) e (2), ocorrem finais integradas, que têm mobilidade, podendo ocorrer em posição inicial ou em posição final (sem pausa) e respondem positivamente a todos os

---

<sup>3</sup> Os exemplos do CRPC foram retirados de Braz 2005.

testes referidos na Introdução: focalização por clivagem (1a), possibilidade de ocorrência no escopo da negação (1b), resposta a interrogativas Qu- (1c), possibilidade de ocorrência no escopo de operadores de focalização como *só* (1d), possibilidade de ocorrência em interrogativas e negativas alternativas (1e) e (1f):

(1a) *Foi* para que ela chegasse dentro do prazo *que* o Rui enviou a encomenda por correio expresso.

(1b) O Rui *não* enviou a encomenda por correio expresso *para que ela chegasse dentro do prazo*.

(1c) \_ Para que é que o Rui enviou a encomenda por correio expresso?

\_ Para que ela chegasse dentro do prazo.

(1d) O Rui *só* enviou a encomenda por correio expresso *para que ela chegasse dentro do prazo*.

(1e) O Rui enviou a encomenda por correio expresso *para que ela chegasse dentro do prazo* ou *para que não houvesse perigo de extravio*?

(1f) O Rui *não* enviou a encomenda por correio expresso *para que ela chegasse a tempo*, mas *para que não houvesse perigo de extravio*.

Do ponto de vista semântico, estas finais expressam o fim ou propósito da situação descrita na oração principal, inscrevendo-se no domínio semântico-referencial da significação ou domínio do conteúdo.<sup>4</sup>

Prototipicamente, as orações subordinantes que se articulam com finais integradas descrevem eventos e envolvem um argumento externo dotado de intencionalidade, um Agente que faz algo tendo em vista o alcance de um determinado resultado (expresso na subordinada). É o que acontece em (1). Já em (2), a subordinante representa um estado, mas o valor semântico do conector impõe que se interprete esse estado como

---

<sup>4</sup> A estreita afinidade semântica entre o nexos de propósito ou finalidade e o nexos causal, já sinalizado por Galán Rodríguez, pode ser evidenciado pelas seguintes paráfrases possíveis de (3) e (4):

(3a) Mandei a encomenda por correio expresso porque queria que ela chegasse dentro do prazo.

(4a) A Ana vive na aldeia porque quer ter melhor qualidade de vida.

Há igualmente afinidades entre a expressão da finalidade e a expressão da consequência, já que a situação descrita na final configura tipicamente um resultado entendido pela entidade denotada pelo sujeito da subordinante.

tendo sido deliberadamente escolhido pela Ana, com vista à eventual obtenção do resultado descrito na final.<sup>5</sup>

Por outro lado, verifica-se tipicamente uma relação de posterioridade entre o intervalo de tempo em que se localiza a situação descrita na subordinada e o intervalo de tempo ocupado pela situação representada na subordinante, como (1) ilustra. Todavia, em (2), verifica-se uma relação de sobreposição temporal entre as duas situações, sendo esta relação determinada pelo valor aspectual estativo das duas predicções. Finalmente, sublinhe-se a natureza não factual da situação expressa na final de conteúdo: nas finais introduzidas pelo conector *para que*, a ocorrência obrigatória do modo Conjuntivo marca justamente a não factualidade (cf. (3)); nas finais introduzidas por *para* seguidas Infinitivo, a possibilidade de uma paráfrase que envolve uma predicção epistemicamente modalizada (cf. 2a) aponta para a leitura não factual da subordinada.<sup>6</sup>

(2a) A Ana vive na aldeia *para poder* ter melhor qualidade de vida.

2.1.2. Os exemplos (3) e (4) ilustram paradigmaticamente as finais de enunciação, objecto desta investigação:

(3) Para que saibam, eu própria me desfiz em lágrimas.<sup>7</sup>

(4) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Veja-se a plena compatibilidade do adverbial ‘intencionalmente’ com a construção exemplificada em (4): ‘A Ana vive intencionalmente na aldeia para ter melhor qualidade de vida’.

<sup>6</sup> Para uma caracterização semântica mais aprofundada destas construções, veja-se Galán Rodriguez 1999, Braz 2005 e Silvano 2010. Não tendo este estudo como objectivo a caracterização exaustiva das finais de conteúdo, apenas se apontam algumas propriedades relevantes, de modo a poder evidenciar, por contraste, a especificidade das finais de enunciação.

<sup>7</sup> Veja-se um exemplo similar extraído do CRPC: (i) “(...) para que saibam, eu, na mesma semana passada, ainda por causa da infame clonagem da Dolly (...), chorei como uma Madalena.”

<sup>8</sup> Veja-se um exemplo similar retido do CdP: (i) “Para ser franco, nunca liguei muito aos meus alunos se por isso se entender o cultivo deliberado de um magistério e do lixo erótico que geralmente o acompanha.”

Estas orações finais partilham com as finais de conteúdo a propriedade da mobilidade posicional, como se atesta em (3a):

(3a) (Para que saibam) eu própria me desfiz em lágrimas (para que saibam).

Verifica-se ainda que as finais de enunciação não oferecem qualquer resistência à interpolação<sup>9</sup>. Veja-se (3b):

(3b) Eu própria, para que saibam, me desfiz em lágrimas.

A posição da final em (3b) é similar à das chamadas ‘frases parentéticas’ que expressam comentários do locutor e que, sintacticamente, configuram conexões paratáticas (cf. Mateus *et al*, 2003: 92, 98-99).

Contrariamente às finais de conteúdo, as finais de enunciação rejeitam a focalização por estruturas de clivagem (3c), não ocorrem no escopo da negação de foco (3d), não funcionam como resposta a interrogativas Qu- (3e), não ocorrem nem em interrogativas alternativas (3f), nem em negativas alternativas (3g) e, quando ocupam posição final, requerem sempre uma pausa ou quebra entoacional, sinalizada na escrita por uma vírgula (3h):

(3c) \**É* para que saibam *que* eu própria me desfiz em lágrimas.

(3d) \**Não* me desfiz em lágrimas *para que saibam* (mas para ser sincera).

(3e) \_ Para que é que eu própria me desfiz em lágrimas?

\_ #Para que saibam.

(3f) \*Desfiz-me em lágrimas *para que saibam* ou *para ser sincera*?

(3g) \**Não* me desfiz em lágrimas *para que saibam*, mas sim *para que não conste*.

(3h) Eu própria me desfiz em lágrimas, para que saibam.

Importa ainda acrescentar que as construções que envolvem finais de enunciação não podem ocorrer encaixadas, isto é, não funcionam como argumento interno de verbos

---

<sup>9</sup> É verdade que as finais de conteúdo também admitem interpolação, desde que haja correferência entre o sujeito da subordinante e o sujeito da final. Veja-se o seguinte exemplo: (i)A Ana, para estar perto dos pais, decidiu viver em Coimbra. Esta restrição não se verifica com as finais de enunciação.

que admitem complementos frásicos (5), ao contrário do que acontece que as construções que envolvem finais de conteúdo (6):

(5) \*O João acredita [que [eu própria me desfiz em lágrimas, para que saibam]].

(6) Ele acredita [que[ enviei a encomenda por correio expresso para que chegasse dentro do prazo]].

Em (5), só a predicação ‘eu própria me desfiz em lágrimas’ funciona como complemento do verbo ‘acreditar’, o que indicia que o produto final resultante da conexão não é uma proposição complexa, embora seja um fragmento discursivo plenamente aceitável do ponto de vista semântico-pragmático.

A impossibilidade de coordenar finais de conteúdo com finais de enunciação prova a sua distinta natureza sintáctica e semântica. Veja-se o exemplo seguinte:

(7)\*Para ser sincera e para te pedir um favor, telefonei-te.

No entanto, uma final de enunciação pode ocorrer na periferia esquerda de uma frase complexa com uma final de conteúdo integrada, como se prova em (8):

(8) Para ser sincera, telefonei-te para te pedir um favor.

Analisado o comportamento sintáctico das finais de enunciação, avancemos agora para a sua caracterização semântico-pragmática. Em primeiro lugar, importa desde logo sublinhar que elas não se relacionam com a predicação com que se articulam, antes explicitam a finalidade da asserção com que se combinam (cf. (3)) ou a atitude do falante relativamente ao seu dizer (cf.(4)). Assim, (3) e (4) poderiam ser parafraseados, repectivamente, por (3a) e (4a):

(3a) Eu própria me desfiz em lágrimas. E *digo/afirmo* isto para que saibam.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Uma outra paráfrase possível para (3) seria ‘Eu própria me desfiz em lágrimas. E digo isto porque quero que saibam.’ A afinidade entre finais e causais, já referida na nota 5 deste estudo a propósito das finais de conteúdo, reaparece na paráfrase agora proposta.

(4a) Sinceramente, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.  
(=Digo-te com sinceridade/sinceramente que não vejo grande utilidade na mudança da plataforma).

Em (3a), a explicitação de um verbo declarativo mostra claramente que a final opera ao nível do dizer e não ao nível do dito. Por outro lado, a paráfrase evidencia que a final funciona como modificador do acto ilocutório que a predicação principal realiza.<sup>11</sup> Nesta linha de raciocínio, avançamos a seguinte hipótese: ao enunciar (3), o falante realiza uma asserção que funciona como acto ilocutório principal ou director ('eu própria me desfiz em lágrimas') e articula discursivamente essa asserção com um segmento, também de natureza assertiva, com o estatuto de acto subordinado, que explicita a finalidade do dizer.<sup>12</sup> O estatuto de acto subordinado evidencia a relação de dependência discursiva da final de enunciação, mas, concomitantemente, confere-lhe uma função do ponto de vista ilocutório.<sup>13</sup>

Em (10), a paráfrase envolve um advérbio modificador de frase orientado para o falante, através do qual o falante qualifica a sua própria enunciação.<sup>14</sup> Por outras palavras, o falante asser *p* ('não vejo grande utilidade na mudança da plataforma') e indica que a sua asserção é sincera através da final. Ao fazê-lo, parece acautelar uma

---

<sup>11</sup> A nosso ver, a não integração sintáctica da final de enunciação na predicação com que se combina poderia ser explicada justamente tendo em conta a sua adjunção a uma posição mais alta na frase, um 'nó' relacionado com com a sua força ilocutória. Mas reconhecemos que postular este nó implica entrar num terreno de fronteira entre frase e discurso, o que extravasa os limites da análise sintáctica.

<sup>12</sup> Esta distinção entre actos principais ou directores e actos subordinados aparece já em van Dijk 1980, 1981 e em Roulet et al 1985. Também no modelo de unidades discursivas do grupo Val.Es.Co. se considera que uma intervenção pode conter um acto director e um acto subordinado, sendo este último o introduzido pelos tradicionais conectores subordinativos. Cf. Briz Gómez & Pons Bordería 2010.

<sup>13</sup> No CETEMPúblico encontra-se um exemplo curioso que põe em relevo, através da pontuação, a possibilidade de destaque ilocutório da final de enunciação, sem pôr em causa a sua dependência discursiva:

(i) "O programa dará (...) um erro out of sync. Para que saibam...".

No CdP, encontra-se um exemplo paralelo: (ii) "(...) em Lourosa, teve de haver 'mão pesada' para ligações clandestinas (...) de fábricas para a rede de esgotos domésticos. Para que conste."

<sup>14</sup> Ducrot chama a este tipo de advérbios 'advérbios de enunciação' e afirma que a sua função é qualificar "o acto que o falante realiza ao empregar a frase. (...) O enunciado (...) fala da sua própria enunciação e apresenta-a como sincera."(1984:380). Krifka 2009 considera-os "speech act-related adverbials" ([http://amor.cms.hu-berlin.de/~h2816i3x/Talks/Krifka\\_SpeechActs\\_Amherst.pdf](http://amor.cms.hu-berlin.de/~h2816i3x/Talks/Krifka_SpeechActs_Amherst.pdf)).



eventual violação de regras de delicadeza. Voltaremos mais adiante a este tipo de construções.

Centremo-nos, para já, nas finais de enunciação do tipo da que ocorre no exemplo (3). São construções que seleccionam tipicamente verbos epistémicos ou com interpretação epistémica (*saber, compreender, entender, perceber, ver*), no Conjuntivo, ou construções com o verbo copulativo *ficar*, também no Conjuntivo, combinado com predicadores adjectivais como *informado, esclarecido, ciente*, isto é, predicadores que se inscrevem também no domínio semântico do ‘saber’, como (11) exemplifica:

(11) Para que fiques esclarecido, já apresentei a minha demissão.<sup>15</sup>

Em ambos os casos, as predicções que configuram a final de enunciação são aspectualmente estativas. Quando o predicador é um verbo epistémico, o valor estativo decorre do próprio valor aspectual intrínseco desse predicador. Quando é mobilizada a construção *ficar + predicador adjectival*, não é tão linear a computação de um valor aspectual estativo. Em Cunha (2004:135), defende-se que “o perfil aspectual associado a estruturas com *ficar* [combinado com predicadores adjectivais, nominais e preposicionais] inclui um evento pontual ligado a um estado consequente explícito que representa o resultado da sua ocorrência”. Seriam, pois, estruturas aspectualmente híbridas. Nos casos que nos interessam, parece-nos que é o estado consequente que assume maior visibilidade ou relevo, dada a compatibilidade da final com adjuntos temporais como ‘de agora em diante’ ou ‘daqui para a frente’ (11a) e a sua resistência a adjuntos temporais pontuais (11b):

(11a) Para que fiques esclarecido de agora em diante, já apresentei a minha demissão.

(11b) ?? Para que fiques esclarecido agora, já apresentei a minha demissão.

Não parece haver restrições quanto ao perfil aspectual da predicação com que se combinam as finais de enunciação. Com efeito, em (3) estamos perante uma

---

<sup>15</sup> Note-se a equivalência semântica entre ‘para que saibas’ e ‘para que fiques informado/ciente’.

actividade e em (11) perante um ‘achievement’.<sup>16</sup> Mas outras possibilidades se oferecem: em (12) a final articula-se com um ‘accomplishment’ e em (13) com um estado:

(12) Para que saibas, escrevi um romance policial.

(13) Para que saibas, estou grávida.

As predicções configuradas nestas finais de enunciação localizam-se num intervalo de tempo que tem como fronteira inicial o momento da enunciação e se estende para o futuro. O tempo verbal é sempre o Presente do Conjuntivo, sendo o modo verbal responsável pela inscrição de uma modalidade não factual nestas construções.

A localização temporal das predicções com que se combinam as finais enunciativas pode dar-se em diferentes esferas temporais: em (14), a situação localiza-se num intervalo de tempo posterior ao momento de enunciação, que funciona como ponto de referência; em (15), a situação localiza-se num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação, que continua a funcionar como ponto de referência, e em (16), a situação localiza-se num intervalo de tempo que se sobrepõe ao momento da enunciação:

(14) Para que saibas, vou demitir-me.

(15) Para que saibas, demiti-me.

(16) Para que saibas, estou a escrever um romance policial.

A conexão entre finais de enunciação e predicções anafóricas, ou seja, predicções cuja localização envolve um ponto de referência distinto do momento de enunciação, só ocorre quando a final se articula com frases complexas nas quais se constrói linguisticamente o ponto de referência. Contraste-se (17) com (18):

(17) \*Para que saibas, já tinha defendido a tese.

(18) Para que saibas, quando fui contratada já tinha defendido a tese.

---

<sup>16</sup> Utiliza-se neste artigo a terminologia de Vendler 1967.

Como já foi assinalado por Lobo 2003, as finais de enunciação não estão sujeitas ao processo de concordância temporal a que obedecem as finais de conteúdo. Contraste-se (19) com (20):

(19) Para que fiques informado/\*ficasses, o João não se candidatou.

(20) O Director enviou um mail aos docentes para que ficasse/??fique claro o novo procedimento.

Note-se que as finais de enunciação em apreço são frases finitas que têm tipicamente como sujeito a 2ª pessoa. São, pois, construções orientadas para o destinatário. Naturalmente, a ocorrência de uma 2ª pessoa formal é igualmente possível:

(21) Para que [você/ o senhor] fique informado, o João reprovou no exame.

Verifica-se ainda a possibilidade de ocorrência de um sujeito indeterminado de 3ª pessoa, realizado através do clítico nominal de referência arbitrária ‘se’, instanciável pelo conjunto dos potenciais destinatários, como a seguir se exemplifica<sup>17</sup>:

(22) Para que se saiba, os valores a que ele é sensível são a discricção e a eficácia.

Uma outra construção, algo cristalizada no PEC, que integra o sub-conjunto das finais de enunciação com um sujeito de 3ª pessoa é ilustrada pelo exemplo seguinte, retirado do CETEMPúblico, onde ocorre o verbo *constar*, que é também um verbo epistémico:

(23) "Para que conste: houve evidentemente protagonistas".

Importa agora fazer incidir a reflexão sobre a intenção comunicativa que subjaz ao uso deste tipo de finais de enunciação. Se eliminarmos a final, em (3), obtemos uma asserção categórica \_ ‘Eu própria me desfiz em lágrimas’\_, que configura o molde prototípico de transmissão de uma informação a que se associa um valor modal epistémico de certeza. Ora, quando um locutor assere algo, fá-lo tipicamente para dar

---

<sup>17</sup> Um verdadeiro sujeito de 3ª pessoa está tipicamente excluído destas construções:  
(i) \*Para a Ana ser sincera, não vai deixar de fumar.

a conhecer ao interlocutor uma determinada informação, com a verdade da qual se compromete (em maior ou menor grau). Ao explicitar, de forma algo redundante, o propósito do seu acto assertivo, o falante visa destacar a relevância interaccional da informação que se propõe partilhar com o interlocutor. Assim, estas finais de enunciação só ocorrem em contextos em que o falante assume que (i) o interlocutor desconhece a informação contida na asserção principal<sup>18</sup> e que (ii) a disponibilização dessa informação contida é crucial, do ponto de vista interaccional, por razões diversas (por exemplo, clarificação do posicionamento do falante, condicionamento do comportamento futuro do interlocutor).<sup>19</sup> É legítimo, então, concluir que a explicitação do propósito do dizer, pela sua redundância pragmática, visa essencialmente reforçar a saliência do dito, no jogo interlocutivo.

Em síntese, independentemente da posição que ocupa (inicial, final ou intercalada), a final enunciativa funciona no quadro de uma estratégia discursiva de reforço/intensificação da relevância contextual da asserção principal.

Retome-se agora o exemplo (4), aqui reproduzido, onde a final de enunciação é uma frase infinitiva, com um sujeito de 1ª pessoa.<sup>20</sup>

(4) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.

Finais de enunciação deste tipo envolvem tipicamente predicadores adjectivais como *sincero, franco, honesto*, ou seja, predicadores através dos quais o falante marca a sua atitude relativamente ao dizer.<sup>21</sup> Ao recorrer a este tipo de finais, o falante sinaliza que está a ser sincero ao dizer o que diz.<sup>22</sup> Num contexto em que a final se articula com

---

<sup>18</sup> Veja-se a inaceitabilidade de (i): (i) # Para que saibas, eu própria me desfiz em lágrimas, como sabes. (ii) #Para que saibas, eu própria me desfiz em lágrimas, mas isto não é relevante.

<sup>19</sup> Veja-se a inaceitabilidade de (ii): (ii) #Para que saibas, eu própria me desfiz em lágrimas, mas isto não é relevante.

<sup>20</sup> A 1ª pessoa do plural é igualmente aceitável: (i) Para sermos sinceros, não vemos grande utilidade na mudança de plataforma informática.

<sup>21</sup> Veja-se um exemplo deste tipo retirado do CdP: (i) “(...) Para ser franco, nunca liguei muito aos meus alunos se por isso se entender o cultivo deliberado de um magistério e do lixo erótico que geralmente o acompanha.”

<sup>22</sup> Num exemplo extraído do CRPC, encontra-se uma formulação distinta das que foram analisadas: (i) Bem, a finalidade, acho que aquilo tem várias finalidades. Mas, assim *para dizer a verdade*, não vejo assim uma finalidade especial”.

uma asserção, como acontece em (4), e sendo consensual que uma das condições de felicidade da asserção é a condição de sinceridade<sup>23</sup>, justifica-se o seguinte questionamento: o que leva o falante a qualificar a sua própria asserção em termos de sinceridade, de forma (pragmaticamente) redundante? Se o falante não se limita a asserir *p*, isso significa seguramente que há uma intenção comunicativa suplementar subjacente à introdução de um segmento (preliminar ou final) qualificador, aparentemente supérfluo. Com efeito, estas finais só parecem ocorrer em contextos em que a simples asserção poderia, em termos de regras de cortesia, ser interpretada como lesiva da face do outro.<sup>24</sup> Ao qualificar o seu dizer em termos de sinceridade, o falante implícita que não visa polemizar nem agredir o outro, salvaguardando assim eventuais disrupções ao nível das relações interpessoais. Concretizando: (4) seria uma réplica perfeitamente adequada num contexto de refutação de uma intervenção prévia, centrada na valorização funcional da plataforma informática em questão. Neste sentido, a função destas finais qualificadoras do dizer é explicável no quadro das estratégias de mitigação dos actos de discurso, estreitamente vinculadas à gestão harmoniosa das faces dos participantes.

Foram abordadas até aqui as finais de enunciação articuladas com frases declarativas que realizam asserções. Face aos dados analisados, é lícito propor uma subtipologia no seio das finais de enunciação: (i) por um lado, as que explicitam (de forma pragmaticamente redundante) a finalidade do dizer, marcando uma relação discursiva de fim ou propósito ao nível ilocutório; (ii) por outro, as que qualificam o dizer, sinalizando a atitude de sinceridade do falante relativamente à asserção expressa. Em ambos os casos, a presença da final explica-se em função da dinâmica interaccional: num caso, o falante visa reforçar a relevância contextual da informação carreada pela asserção principal; no outro, é ao nível da gestão adequada das faces dos participantes que se enquadra o seu funcionamento.

## 2.2. Finais de enunciação articuladas com actos directivos

---

No entanto, a final infinitiva que ocorre no exemplo é igualmente substituível por um advérbio enunciativo pertencente ao paradigma que integra ‘sinceramente’.

<sup>23</sup> A expressão ‘condições de felicidade’ aparece em Austin 1962. Em Searle 1969, as condições de felicidade são redefinidas em termos de condições ou regras constitutivas dos actos ilocutórios.

<sup>24</sup> Sobre a questão da cortesia verbal, veja-se Brown & Levinson 1987.

Atente-se agora na compatibilidade das finais de enunciação com frases imperativas e interrogativas, ou seja, com enunciados que realizam actos ilocutórios directivos:

(24) Para que saibas quem manda aqui, vai já para a cama!

(25) Para ser sincera, porque é que insistes em fazer este curso?

Ambos os enunciados são plenamente aceitáveis: em (24), a final (que pode ocorrer em posição inicial ou final, sempre demarcada por pausa), ao explicitar o propósito da ordem, “encenando” e intensificando o quadro assimétrico das relações de poder que subjaz à sua realização, funciona de facto como um mecanismo de reforço do acto ilocutório impositivo vazado na frase imperativa. Repare-se, no entanto, que a aceitabilidade de (24) resulta da inserção, em posição de OD, da relativa sem antecedente ‘quem manda aqui’, que envolve uma referência ao sujeito investido da autoridade requerida para a realização da ordem. Sem esse complemento, o enunciado seria inaceitável:

(24a) #Para que saibas, vai já para a cama!

Assim, a final de enunciação, para se poder combinar com um acto ilocutório de ordem, convoca necessariamente uma das condições ou regras preparatórias do acto de ordenar, a saber: o falante está numa posição de autoridade sobre o interlocutor.

Em (25), a final parece, numa primeira análise, qualificar o acto de perguntar. Seguindo esta linha de raciocínio, uma paráfrase possível seria (25a):

(25a) Pergunto-te com sinceridade porque é que insistes em fazer este curso.

No entanto, a final de enunciação parece resistir, neste último tipo de contexto, à substituição por um advérbio de frase como ‘sinceramente’, com leitura orientada para o falante:

(25b) Sinceramente, porque é que insistes em fazer esse curso?

Com efeito, em (25b), a leitura preferencial do advérbio de frase ‘sinceramente’ é uma leitura de orientação para o ouvinte: o falante pede uma determinada informação

ao seu interlocutor e, simultaneamente, pede-lhe também que seja sincero na resposta.<sup>25</sup> Se ‘para ser sincera’, em (25), resiste à comutação com ‘sinceramente’ com leitura orientada para o falante, então a primeira proposta avançada para circunscrever a função da final enunciativa em (25)\_ qualificação do acto de perguntar\_ não é certamente a mais adequada. Há, efectivamente, uma análise alternativa que permite explicar de forma bem mais convincente o funcionamento do exemplo (25). Ao enunciar (25), o falante implica que, do seu ponto de vista, não vale a pena o interlocutor insistir em frequentar um determinado curso. Para além de avaliar negativamente, de forma indirecta, a insistência do interlocutor em frequentar o curso mencionado, o falante recomenda/aconselha, também de forma indirecta, uma alteração de comportamento, verbalizável por uma formulação deontica do tipo ‘Não insistas em fazer esse curso’, e esta parece ser a implicação comunicativamente mais relevante.<sup>26</sup> Note-se ainda que aquilo que é efectivamente comunicado comporta também um matiz de espanto/surpresa, que, na oralidade, seria marcado por uma curva entonacional que aproximaria a frase interrogativa da frase exclamativa.<sup>27</sup>

Nesta linha argumentativa, faz sentido problematizar o estatuto ilocutório da frase interrogativa: trata-se de uma verdadeira pergunta ou antes de uma pergunta retórica? Julgamos que a retoricidade deve ser equacionada tendo em conta a globalidade da construção, ou seja, a articulação da final de enunciação com a frase formalmente interrogativa (ou interrogativo-exclamativa). É neste complexo ilocutório que a interrogativa funciona retoricamente, como se pode comprovar contrastando (25) com (26), uma pergunta genuína, que seria produzida com a curva entonacional típica das interrogativas parciais:

(26) Porque é que insistes em frequentar esse curso?

---

<sup>25</sup>Confrontando (25) com (4), parece lícito concluir que a comutação livre entre finais de enunciação e advérbios enunciativos como ‘sinceramente’, com leitura orientada para o falante, só ocorre quando há correferência entre os sujeitos das duas predicacões.

<sup>26</sup> Um ritual de cortesia pode ser convocado para explicar a implicação pragmática de uma formulação deontica. Com efeito, o locutor não ameaça directamente a face do outro, antes opta por uma estratégia discursiva de indirectão, mais subtil, que mitiga o potencial de confronto associado aos actos directivos, viabilizando assim uma gestão mais harmoniosa da relação interpessoal.

<sup>27</sup> Na escrita, o que acabámos de referir seria marcado por ?!: ‘Sinceramente, porque é que insistes em fazer este curso?!’

De (26) não se infere a realização indirecta de um acto directivo não impositivo, de recomendação ou conselho. Ou seja, se o locutor pretendesse realizar uma verdadeira pergunta, não iniciaria o seu discurso recorrendo ao tipo de finais enunciativas que rotulámos de qualificadoras da enunciação: utilizaria apenas o suporte prototípico da acto de perguntar, a frase interrogativa. A presença da final de enunciação, na periferia esquerda da frase, portanto, na posição típica dos enquadadores discursivos ou “hedges”, torna a construção ‘marcada’ e, como tal, activa implicaturas ou inferências pragmáticas que podem ser explicadas à luz da heurística de Modo formulada por Levinson nos seguintes termos: “what is said simply, briefly, in an unmarked way picks up the stereotypical interpretation; if in contrast a marked expression is used, it is suggested that the stereotypical interpretation should be avoided.” (2000:38)

Assim, a final de enunciação, ao articular-se com uma interrogativa parcial, parece funcionar como uma estrutura indicadora da retoricidade da pergunta, a acrescentar às que foram já elencadas por Schmidt-Radefeldt 1977 e Borillo 1981.<sup>28</sup> A interrogativa não será então interpretada como verdadeira pergunta, dando origem a um processo de derivação ilocutória, ou seja, de cálculo interpretativo que desemboca na apreensão de um acto ilocutório indirecto.<sup>29</sup> Assume-se, portanto, que a réplica mais aceitável a (25) não será certamente (26), mas sim (27):

(26) # Porque sou teimoso.

(27) Ao contrário do que dás a entender, estou convencido de que consigo fazer o curso.

---

<sup>28</sup> Cf. Rodrigues 1988, para uma visão geral sobre o funcionamento das perguntas retóricas.

<sup>29</sup> Construções deste tipo parecem estar associadas a um segmento de natureza pseudocondicional elidido na estrutura de superfície, mas contextualmente recuperável graças a conhecimento partilhado pelos interlocutores. Em (25), tal segmento poderia ser, por exemplo, ‘se ainda não conseguiste fazer nenhuma cadeira’. Em Schmidt-Radefeldt 1977 são analisadas perguntas retóricas que também envolvem elisão de um segmento pseudocondicional, mas não são aí mencionadas as construções que aqui nos interessam. Veja-se também Fonseca 1994, para uma análise da retoricidade de perguntas com o formato ‘Como p, se q?’ e ‘Como não p, se q?’.



Para testar a validade da hipótese esboçada, convocam-se outros exemplos, com frases introduzidas por morfemas interrogativos distintos:

- (28) Para ser sincera, como é que vais para Londres?/?!
- (29) Para ser sincera, quem é que quer comprar o teu carro?/?!
- (30) Para ser sincera, quando é que me enviaste o cheque?/?!
- (31) Para ser sincera, onde é que arquivaste o documento?/?!

Estes quatro últimos exemplos só são aceitáveis no quadro de um funcionamento discursivo similar ao que se acabou de analisar. Por outras palavras, a interpretação de (28), (29), (30) e (31) mobiliza igualmente uma derivação ilocutória: em (28), o falante visa comunicar, indirectamente, que o interlocutor, nas circunstâncias que ambos conhecem, não pode ou não deve ir para Londres; em (29), o locutor implícita que ninguém quererá comprar o carro referenciado, em função, uma vez mais, de circunstâncias que, não estando explicitadas, são recuperáveis contextualmente, funcionando como informação de “background” pragmaticamente pressuposta; em (30) e (31), o locutor implícita, respectivamente, que o cheque não foi enviado e que o documento não foi arquivado.

Assim, as perguntas contidas em (28), (29), (30) e (31) são de facto retóricas. Daí a inaceitabilidade, para (28), de uma réplica como a que apresenta em (31), e a plena aceitabilidade da réplica expressa em (32):

- (31) #(Vou) de avião.
- (32) Estás a sugerir que eu não devo ir, mas eu vou.

De igual modo, (29) não admite a resposta/réplica (33), mas é totalmente compatível com uma sequência discursiva como a que se apresenta em (34):

- (33) # A Maria.
- (34) Estás a sugerir que ninguém quer comprar o meu carro, mas enganas-te redondamente!

A réplica aceitável para (30) seria (36) e não (35):

(35) # Na semana passada.

(36) Estás a sugerir que eu não te enviei o cheque, mas não é verdade.

No que toca a (31), a replica aceitável seria (38) e não (37):

(37) # No arquivo.

(38) Estás a sugerir que eu não guardei o documento, mas posso provar-te que o guardei.

Parece, pois, consistente a hipótese defendida, segundo a qual a final de enunciação de tipo (ii), ao ser articulada com interrogativas parciais<sup>30</sup>, funciona como estrutura indiciadora da retoricidade da pergunta, dando origem a um processo de derivação ilocutória.

Assinale-se, para finalizar esta análise da compatibilidade de finais de enunciação com actos ilocutórios directivos impositivos e perguntas parciais, que há restrições de coocorrência condicionadas pela própria natureza da final. Os exemplos (24) e (25), como se viu, não causam qualquer estranheza, mas os que se seguem são totalmente inaceitáveis:

(39) #Para ser sincera, vai já para a cama!

(40) #Para que saibas, porque é que insistes em fazer este curso?

Parece, pois, legítimo concluir, a partir dos dados arrolados, que os actos directivos impositivos (as ordens) não são compatíveis com finais de enunciação que qualificam o dizer (sub-tipo (ii)), mas apenas com finais de enunciação que explicitam o

---

<sup>30</sup> Nem todas as interrogativas parciais são articuláveis com finais enunciativas do tipo 'Para ser sincero', dando origem a um processo de derivação ilocutória. Vejam-se os seguintes casos:

(i) # Para ser sincera, quantos filhos tens?

(ii) # Para ser sincera, que fizeste ao teu irmão?

O que se afirmou na nota 27 pode funcionar como explicação para a inaceitabilidade de (i) e (ii). De facto, não sendo possível recuperar contextualmente um segmento pseudocondicional elidido, cujo conteúdo jogue a favor da impossibilidade de uma efectiva resposta à pergunta, a construção não é comunicativamente aceitável.

propósito do dizer (sub-tipo (i)), e em contextos muito restritos.<sup>31</sup> A constatação da incompatibilidade entre ordens e finais de enunciação do sub-tipo (ii) não é surpreendente, se se pensar que a formulação de uma ordem não envolve a sinceridade do falante, mas sim o seu poder e o seu grau de controlo sobre o interlocutor.

Por seu turno, as perguntas linguisticamente suportadas por algumas interrogativas parciais articulam-se harmoniosamente com finais de enunciação do sub-tipo (ii), dando origem a um cálculo interpretativo que desemboca na apreensão de um acto ilocutório indirecto, distinto da pergunta, mas rejeitam a conexão com finais de enunciação do sub-tipo (i). E isto porque o propósito de uma pergunta não é tornar o interlocutor ciente de algo, mas sim levá-lo a assumir um comportamento de natureza verbal que preencha o défice de informação que a motiva. No entanto, se a final de enunciação expressar um propósito que não se circunscreva ao domínio epistémico, a conexão torna-se automaticamente aceitável, como se comprova em (41):

(41) Para te preparar para o interrogatório, onde estavas às 8h da noite do dia 3?  
(=pergunto-te onde estavas às 8h da noite e pergunto-te isto para te preparar para o interrogatório).

Até aqui, foi abordada a articulação entre interrogativas parciais e finais de enunciação. Importa agora averiguar o que acontece com as interrogativas totais. Atente-se nos exemplos seguintes:

(42) #Para ser sincera, gostas de morangos?

(43) # Para que saibas, gostas de morangos?

Os dados apontam, como seria expectável, para a incompatibilidade entre interrogativas totais e finais de enunciação. No entanto, se a interrogativa total comportar determinadas marcas sintáctico-semânticas, lexicais e prosódicas,

---

<sup>31</sup> Veja-se o que acima se afirmou, a propósito do exemplo (24), sobre a configuração específica da final de enunciação compatível com actos impositivos, que implica a convocação de uma das condições preparatórias da ordem.

tipicamente sinalizadoras de retoricidade<sup>32</sup>, a coocorrência com finais de enunciação qualificadoras do dizer é automaticamente licenciada, como se atesta nos exemplos que se seguem:

- (44) Para ser sincera, valerá a pena voltar a esse assunto?
- (45) Para ser sincera, é justo responsabilizá-lo por tudo quanto aconteceu?
- (46) Para ser sincera, será esta, realmente, a melhor solução?
- (47) Para ser sincera, achas que me esqueci do que ele me fez?

Nestes exemplos, o falante não pergunta, de facto, antes comunica, de forma indirecta, asserções negativas. Generalizando a partir dos dados, parece legítimo concluir que, sempre que a interrogativa total puder ser lida como pergunta retórica, através de um processo interpretativo que envolve uma derivação ilocutória, a ocorrência da final de enunciação é permitida. Uma vez mais, estamos perante estratégias discursivas condicionadas por princípios reguladores da interacção verbal, nomeadamente rituais de cortesia: para torner a dificuldade de impor a sua opinião sem agredir o outro, o locutor convoca uma estratégia de indirectação.

### 2.3. Finais de enunciação articuladas com actos compromissivos e expressivos

Importa agora testar se as finais de enunciação podem ser articuladas com enunciados que realizam actos ilocutórios compromissivos e expressivos. Atente-se nos seguintes exemplos:

- (48) Prometo ajudar-te, para que saibas que podes contar comigo.
- (49) # Para ser sincera, prometo ajudar-te.
- (50) Lamento que tenhas reprovado, para que saibas que sofro contigo.
- (51) # Para ser sincera, lamento que tenhas reprovado.

---

<sup>32</sup> Por exemplo, predicadores que expressam avaliação (*valer a pena, ser justo...*), verbos epistémicos (*pensar, achar...*), certos advérbios (*realmente, efectivamente...*) que acentuam a dúvida que a própria interrogativa intrinsecamente veicula, e ainda um padrão entoacional próximo do das exclamativas. Cf. Borillo 1981.

Os enunciados (48) e (50) não suscitam nenhum grau de inaceitabilidade. O falante explicita uma vez mais, através da final, o propósito subjacente ao seu dizer, como as paráfrases que a seguir se propõem demonstram:

(48a) Prometo ajudar-te e digo isto (=faço esta promessa) para que saibas que podes contar comigo.

(50a) Lamento que tenhas reprovado, e digo isto (expresso este lamento) para que saibas que sofro contigo.

Já os enunciados (49) e (51) parecem pragmaticamente anómalos.<sup>33</sup> No entanto, basta alterar a polaridade da predicação do enunciado com que se articula a final para repor a aceitabilidade da conexão:

(52) Para ser sincera, não prometo visitar-te.

(53) Para ser sincera, não lamento que tenhas chumbado.

Que razões estarão na origem deste comportamento dispar? A nosso ver, em (48), o falante, ao usar o performativo explícito, faz uma promessa, e as promessas, para o serem, têm de ser formuladas com sinceridade. Segundo Austin 1962, uma das condições de felicidade da promessa é justamente a condição de sinceridade: não posso considerar que prometi de forma plena/effectiva se disser prometo X sem a menor intenção de cumprir o prometido. Se a formulação não for sincera, há claramente um abuso de fórmula ou de procedimento. Ou seja, a promessa será defectiva ou nula por falta de sinceridade. Neste sentido, a qualificação em termos de sinceridade do acto de prometer através da final de enunciação redundante numa anomalia pragmática, que gera inaceitabilidade. Já em (52), o operador de negação implica uma recusa de fazer uma promessa, por parte do falante. A paráfrase mais fiel de (52) seria (52a):

(52a) Não tenho intenção de te visitar, e digo isto com sinceridade.

---

<sup>33</sup> Estes enunciados foram submetidos à apreciação de outros falantes, que, de forma expressivamente maioritária, produziram juízos de aceitabilidade convergentes com os nossos.

Assim, em (52), a ocorrência da final de enunciação visa salvaguardar uma eventual violação das regras de cortesia. Assumindo, na esteira de Searle 1969, que uma das regras constitutivas (ou condições de felicidade) de uma promessa envolve a crença, por parte do falante, de que o conteúdo proposicional do enunciado é do interesse do interlocutor, a recusa explícita de fazer uma promessa agride potencialmente a face positiva do outro. A final de enunciação funciona, pois, como pré-sequência mitigadora, apresentando a honestidade como sinal de proximidade interrelacional.

Confrontando agora (51) com (53), a explicação do diferente grau de aceitabilidade inscreve-se na mesma linha argumentativa. Um acto expressivo, desde que não seja meramente um ritual social, pressupõe a expressão/manifestação sincera de um estado psicológico. Consequentemente, a qualificação em termos de sinceridade de um acto deste tipo, através de uma final de enunciação, é pragmaticamente redundante e provoca uma anomalia geradora de inaceitabilidade. Já em (53), o locutor visa minimizar o potencial agressivo da sua recusa explícita de empatia com o interlocutor, convocando um preliminar discursivo que apela à honestidade na interacção.

### 3. Considerações finais

O objectivo deste estudo foi contribuir para uma caracterização semântico-pragmático das finais de enunciação no PEC.

Os dados permitiram-nos destacar dois tipos de finais de enunciação: (i) as que explicitam o propósito ou a finalidade do dizer e se orientam para o interlocutor, e (ii) as que qualificam o dizer e se orientam para o falante. Em ambos os casos, é o plano enunciativo-pragmático, e não o plano do conteúdo, que tem de ser convocado para a sua descrição e só no âmbito da dinâmica interaccional se conseguem explicar as suas funções.<sup>34</sup> Ficou patente que as finais de enunciação de tipo (i), ao explicitarem de forma algo redundante a finalidade de uma asserção, funcionam como marcadores da relevância contextual da mesma; finais de enunciação do tipo (ii), quando combinadas

---

<sup>34</sup> Não se abordaram ocorrências do tipo “para começar”, “para finalizar”, que sofreram um processo de esvaziamento semântico (“semantic bleaching”) e passaram a funcionar, em sincronia, como marcadores discursivos de estruturação/planificação textual, integrando o mesmo paradigma que alberga as expressões ‘em primeiro lugar’, ‘depois’, ‘seguidamente’, ‘por fim’.

com asserções, têm um comportamento que as aproxima dos enquadreadores discursivos com função de regulação da dinâmica interaccional e das relações intersubjectivas.

Verificou-se ainda que as finais enunciativas se podem articular com enunciados que realizam outras classes de actos ilocutórios, embora haja restrições combinatórias ditadas quer pelo tipo de acto, quer pelo tipo de final enunciativa convocada. Assim, com actos directivos impositivos só são aceitáveis as finais enunciativas de tipo (i), desde que envolvam uma referência a uma das condições preparatórias da ordem, a saber, o estatuto de autoridade do falante ('para que saibas quem manda aqui'). Neste caso, a final de enunciação funciona com estratégia de reforço do acto directivo impositivo.

Quanto à articulação com perguntas, verificou-se que a compatibilidade só se verifica com finais enunciativas do tipo (ii) e, neste caso, foram destacadas regularidades relevantes, no plano interpretativo: a final sinaliza a natureza retórica da pergunta e activa um cálculo interpretativo que envolve uma derivação ilocutória.

Sublinharam-se também diferentes constringências pragmáticas que regulam a possibilidade de articulação de uma final de enunciação com actos ilocutórios compromissivos e expressivos. Neste âmbito, destacou-se a incompatibilidade dos actos compromissivos e expressivos com finais de enunciação de tipo (ii), explicável tendo em consideração as condições preparatórias dos actos em apreço.

O domínio de significação em que as finais de enunciação operam e as funções discursivas que desempenham reflectem-se no seu comportamento prosódico e sintáctico. Ao funcionarem como modificadores ou qualificadores de actos ilocutórios, exibem necessariamente um comportamento fortemente periférico relativamente à predicação com que se articulam. Neste sentido, parecem dar origem a construções que se situam numa área de transição entre frase e texto.

## **Referências**

Borillo, A. (1981) "Quelques aspects sur la question rhétorique en français". DRLAV, 25, 1-33.

Bosque, I. & Demonte, V.(orgs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Editoria Espasa Calpe.

Braz, A. C. P. (2005) *A expressão da finalidade em Português europeu contemporâneo: aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos*. Dissertação de Mestrado. Coimbra, FLUC.

Cunha, L.F. (2004) *Semântica das predicções estativas. Para uma caracterização aspectual dos estados*. Dissertação de Doutoramento, Porto, FLUP.

Galán Rodríguez, C. (1999) “La subordinación final e causal”. In Bosque, I. & Demonte, V. (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española..* Madrid: Editoria Espasa Calpe, vol.3, 3597-3642.

Halliday, M.A.K. (1973) *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.

Kortmann, B. (1997) *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Hengeveld, K. (1993), “Adverbial clauses in the languages of Europe”. In J.van der Auwera (ed.) *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 335-419.

Levinson, S.(2000) *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge/Massachussetts: The MIT Press.

Lobo, M. (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Lyons, J. (1977) *Semantics*. 2 vols. Cambridge: CUP.

Quirk, R. *et al.* (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London/New York: Longman.



van Dijk, T. (1977) *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. London: Longman.

Rodrigues, C.C. (1988) “A sequência discursiva *pergunta-resposta*”. In j. Fonseca (org.) *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*. Tomo II. Porto: Porto Editora, 11-220.

Searle, J. (1969) *Speech Acts*. Cambridge: CUP.

Sanders, T. *et al* (1992) “Toward a taxonomy of coherence relations”. In *Discourse Processes*, 15, 1-35.

Schmidt-Radefeldt, J. (1977) “On the so-called rhetorical questions”. In *Journal of Pragmatics*, 1, 375-392.

Silvano, P. (2010) *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto.

Sweetser, E. (1990). *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP.